

RELATO DE EXPERIÊNCIA EM BIBLIOTECA PÚBLICA DO ACRE

EXPERIENCE REPORT IN THE PUBLIC LIBRARY OF ACRE

INFORME DE EXPERIENCIA EM LA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ACRE

Cleide de Aquino Pereira¹
Suely Oliveira Moraes Marquez²

RESUMO: Este artigo apresenta um relato de experiência do estágio supervisionado obrigatório realizado por uma discente do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), em uma biblioteca pública no estado do Acre. A partir da experiência desenvolvida na Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos. Teve como objetivo relatar as atividades desenvolvidas, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas no contexto acadêmico e profissional, com ênfase nas questões de inclusão e acessibilidade. A metodologia adotada foi qualitativa, bibliográfica e descritiva, estruturando a narrativa em dois eixos: o acolhimento inicial e as adversidades superadas no estágio. Os resultados revelam a importância das bibliotecas como espaços de formação humanizada, destacando a necessidade de ambientes acolhedores e inclusivos para pessoas atípicas. A experiência traz como resultado a importância do papel social das bibliotecas na promoção da equidade, do acesso à informação e da valorização da diversidade no âmbito da Biblioteca.

3344

Palavras-chave: Biblioteca pública. Formação profissional. Transtorno do espectro Autista. estágio supervisionado.

ABSTRACT: This article presents an experience report of the mandatory supervised internship carried out by a student of the Library Science course at the Federal University of Amazonas (UFAM), diagnosed with Autism Spectrum Disorder (ASD), in a public library in the state of Acre. Based on the experience developed at the Adonay Barbosa dos Santos State Public Library, the objective was to report the activities developed, the challenges faced and the strategies adopted in the academic and professional context, with an emphasis on issues of inclusion and accessibility. The methodology adopted was qualitative, bibliographic and descriptive, structuring the narrative on two axes: the initial reception and the adversities overcome during the internship. The results reveal the importance of libraries as spaces for humanized training, highlighting the need for welcoming and inclusive environments for atypical people. The experience brings as a result the importance of the social role of libraries in promoting equity, access to information and valuing diversity within the Library.

Keywords: Public library. Professional training. Autism spectrum disorder. Supervised internship.

¹Discente de Biblioteconomia, Universidade Federal do Amazonas.

²Docente, Universidade Federal do Amazonas.

RESUMEN: Este artículo presenta un relato de experiência de práticas supervisionadas obligatorias realizadas por un estudiante del curso de Bibliotecología de la Universidad Federal de Amazonas (UFAM), diagnosticado con Transtorno del Espectro Autista (TEA), en una biblioteca pública del estado de Acre. Con base en la experiencia desarrollada en la Biblioteca Pública Estatal Adonay Barbosa dos Santos, el objetivo fue relatar las actividades desarrolladas, los desafíos enfrentados y las estrategias adoptadas en el contexto académico y profesional, con énfasis en temas de inclusión y accesibilidad. La metodología adoptada fue cualitativa, bibliográfica y descriptiva, estructurando la narrativa en dos ejes: la recepción inicial y las adversidades superadas durante las prácticas. Los resultados revelan la importancia de las bibliotecas como espacios de formación humanizada, destacando la necesidad de entornos acogedores e inclusivos para personas atípicas. La experiencia trae como resultado la importancia del papel social de las bibliotecas en la promoción de la equidad, el acceso a la información y la valoración de la diversidad dentro de la Biblioteca.

Palabras clave: Biblioteca pública. formación profesional. Transtorno Del Espectro Autista. prácticas supervisadas.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, as bibliotecas desempenharam um papel fundamental na evolução da sociedade, configurando-se como espaços indispensáveis para a promoção do conhecimento e da educação, acessíveis a diferentes públicos e contextos sociais. Em um cenário marcado por constantes transformações nos mais diversos âmbitos, as bibliotecas públicas reafirmam sua missão de contribuir para o desenvolvimento educacional e pessoal dos cidadãos, assegurando-lhes qualidade de vida, garantia de direitos e acesso à informação (Silva, 2025).

3345

Nesse sentido, destaca-se a importância das bibliotecas públicas na promoção da igualdade de acesso à informação, atuando como um fator essencial para o fortalecimento da democracia e dos direitos humanos. De acordo com o Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas (IFLA/UNESCO, 1994), valores como liberdade, prosperidade e progresso social só podem ser alcançados quando todos têm pleno acesso à informação, independentemente de sua idade, gênero, etnia, religião ou condição socioeconômica.

Dentro dessa perspectiva, as bibliotecas públicas assumem, na contemporânea “sociedade da informação”, uma função estratégica de atuar como centros disseminadores de conhecimento, desempenhando um papel ativo na redução das desigualdades sociais (Suaiden, 2000). No entanto, essa potencialidade enfrenta importantes desafios, como o risco de exclusão de grupos populacionais significativos, como idosos, jovens e pessoas com deficiência, que, muitas vezes, encontram barreiras no acesso aos recursos informacionais (Correia, 2005). O Livro Verde sobre a Sociedade da Informação em Portugal (1997) enfatiza a necessidade de que

as bibliotecas atuem como mediadoras indispensáveis no enfrentamento da infoexclusão, promovendo medidas que previnam a segmentação social entre aqueles que têm ou não acesso às tecnologias e aos benefícios do conhecimento. Para tanto, a atuação das bibliotecas deve ser orientada por políticas que garantam a democratização do acesso, enfrentando os diversos obstáculos impostos pelas desigualdades econômicas e sociais.

Sendo assim, as bibliotecas públicas devem assumir um papel ativo na prestação e promoção de serviços que facilitem a superação das barreiras que limitam o acesso pleno aos seus recursos, especialmente para as populações menos favorecidas. Apesar de serem espaços gratuitos, seguros e abertos à convivência social, as bibliotecas públicas ainda enfrentam desafios para atrair esses públicos, que muitas vezes permanecem afastados desses locais devido à exclusão social e econômica. Paradoxalmente, mesmo sendo locais com potencial de gerar impacto positivo nas comunidades, as bibliotecas nem sempre conseguem despertar o interesse das classes marginalizadas, que tendem a frequentar outros espaços, geralmente vinculados ao consumo (De Moura, 2024).

Além disso, é importante observar que, historicamente, o foco das bibliotecas esteve concentrado em atividades técnicas, especialmente na organização de acervos. Contudo, novas concepções têm ampliado essa função, reposicionando as bibliotecas como organizações sociais e agentes disseminadores de conhecimento (Marcolino, 2014).

3346

Sequeiros (2005) ressalta a necessidade de repensar os espaços das bibliotecas públicas, considerando que uma parcela expressiva da população adulta carece de competências básicas de literacia. A autora defende que o bibliotecário deve exercer um papel de intervenção cultural, inserindo a biblioteca como protagonista na transição para uma sociedade da informação mais inclusiva, especialmente no atendimento a grupos vulneráveis, como as pessoas com deficiência, que continuam enfrentando barreiras físicas e estigmas sociais, mesmo quando possuem recursos econômicos.

A análise dessas reflexões revela a importância de aprofundar pesquisas e implementar ações concretas que fortaleçam a atuação das bibliotecas no combate à infoexclusão, com especial atenção aos idosos, às pessoas com deficiência e a outros grupos socialmente vulneráveis.

Nesse cenário, pode-se afirmar que a biblioteca tem o poder de ampliar as perspectivas de futuro, estimulando a interação com as atividades educacionais e sociais, facilitando o

contato com o conhecimento e promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico, aspectos indispensáveis para a construção de uma educação democrática e transformadora.

Nesse contexto, o presente estudo apresenta um relato de experiência referente às atividades desenvolvidas e às dificuldades enfrentadas por uma discente do curso de Bacharelado em Biblioteconomia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), durante a realização de seu estágio curricular obrigatório, conduzido em uma biblioteca pública localizada no estado do Acre.

A pesquisa justifica-se pela relevância de se documentar e refletir sobre as vivências práticas no âmbito da formação acadêmica, especialmente no que se refere aos desafios enfrentados em ambientes reais de atuação profissional. Ao evidenciar as experiências práticas vivenciadas pela estudante no campo da Biblioteconomia, este estudo contribui para a qualificação dos processos formativos no ensino superior, além de oferecer bases para o fortalecimento das diretrizes de estágio, das práticas de mediação da informação e do desempenho profissional em bibliotecas públicas.

1.1 Questão norteadora

Em que medida a biblioteca pública se preocupa com o acolhimento e inclusão de pessoas atípicas?

3347

1.2 Justificativa da pesquisa

O estudo acerca do acolhimento e inclusão em bibliotecas públicas para pessoas com TEA é essencial e relevante socialmente para garantir que estes espaços sejam verdadeiramente inclusivos e acessíveis a todos. As pessoas com TEA podem enfrentar desafios na comunicação, interação social e no ambiente de aprendizagem, e uma biblioteca bem preparada pode ser um lugar de empoderamento e desenvolvimento.

As contribuições do relato de experiência, mostra de que forma as pessoas com TEA, são muitas vezes discriminadas, assim trazendo reflexões que podem mudar o comportamento da sociedade.

As pesquisas encontradas na literatura sobre essa temática ocorrem de forma muito tímida para a nossa realidade. Dessa forma, este estudo contribuirá para o conhecimento

vivenciado por uma aluna no âmbito de uma instituição pública que tem como princípio atender a todos de forma indistinta.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo geral

Realizar relato de experiência, descrevendo a trajetória acadêmica de uma estudante diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA) durante a realização do estágio obrigatório do curso de Bacharelado em Biblioteconomia, ofertado pela Universidade Federal do Amazonas.

1.3.2 Objetivos específicos:

- 1 – Descrever o papel da biblioteca como espaço de inclusão;
- 2 - Relatar as experiências vivenciadas pela estudante com TEA.

1.4 Metodologia

A caracterização da pesquisa será aplicada, por se tratar de uma investigação para um determinado contexto específico. No que se refere aos objetivos, se classificará como exploratória e descritiva, pois buscará compreender e descrever o relato de experiência vivenciado por uma estudante com TEA no estágio obrigatório. De acordo com Gil (2009, p. 41) a pesquisa exploratória tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito [...]”. Dessa maneira, será possível identificar de que maneira os servidores da biblioteca pública lidam com pessoas com necessidades especiais, sejam elas, usuários, estagiários, bolsistas, etc., levando em consideração que a biblioteca possui usuários de diferentes perfis.

Em relação aos procedimentos metodológicos, este estudo se caracterizará por ser bibliográfico e documental, por buscar material na literatura da área para embasar a pesquisa, bem como documentos da biblioteca na qual a pesquisa será realizada. Por fim, o relato de experiência, que resultou do estágio supervisionado obrigatório do curso de Biblioteconomia, realizado na Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos, situada em Rio Branco - Acre.

O estágio foi realizado entre março e dezembro de 2023, totalizando cerca de 60 horas presenciais. A biblioteca, mantida pelo governo estadual, possui acervo físico e digital, espaço infantil, setor de restauração, acervo em braile e filmoteca, destacando-se como referência em inclusão e acesso à informação.

As atividades envolveram atendimento ao público, cadastramento de usuários, organização, higienização e catalogação de acervo, além de participação em ações culturais e apoio na restauração de livros. A intervenção proporcionou a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos, favorecendo o desenvolvimento de competências profissionais. O público atendido foi diverso, incluindo crianças, jovens, adultos, idosos e pessoas com deficiência. A sistematização das atividades ocorreu por meio de relatórios, consolidando esta experiência como fundamental para a formação profissional na área.

Desta forma, a narrativa do relato foi estruturada em dois eixos principais: o processo de acolhimento inicial, que compreende as primeiras impressões e adaptações à realidade universitária, e os desafios enfrentados ao longo da execução do estágio supervisionado, juntamente com as estratégias adotadas para superá-los.

Assim, os resultados são apresentados sob a forma de relato pessoal, valorizando a perspectiva da autora e sua vivência no contexto acadêmico, com o objetivo de fomentar a reflexão sobre práticas de inclusão e a promoção da permanência de estudantes com deficiência no ensino superior.

Quanto à natureza, a pesquisa será qualitativa, visto que o objetivo do estudo é fazer uma reflexão sobre o comportamento e tratamento que é dado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta revisão de literatura busca fundamentar teoricamente o relato de experiência de uma discente diagnosticada com Transtorno do Espectro Autista (TEA), destacando a relação entre o profissional de Biblioteconomia, acessibilidade e inclusão no contexto acadêmico e profissional.

Serão abordados dois eixos principais: o papel da biblioteca como espaço de inclusão, com base em diretrizes e legislações que asseguram o acesso à informação para pessoas com deficiência; e os desafios na construção de ambientes de trabalho inclusivos, considerando tanto

os usuários quanto os profissionais, especialmente aqueles que possuem algum tipo de neurodivergência.

2.1 O papel da biblioteca como espaço de inclusão

A inclusão social constitui um dos compromissos centrais estabelecidos pela Agenda 2030, documento aprovado em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU) e ratificado por 193 países, incluindo o Brasil. Nesse contexto, organismos internacionais como a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA), em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), vêm elaborando diretrizes que ampliam a acessibilidade nas bibliotecas. Tais orientações ultrapassam a dimensão da mobilidade física, abrangendo também o acesso aos conteúdos informacionais, por meio de catálogos digitais e bibliotecas virtuais (ONU, 2015; IFLA, 2008, 2009, 2014).

No Brasil, a promoção da inclusão e da acessibilidade em espaços como bibliotecas é respaldada por um conjunto expressivo de legislações, entre as quais destacam-se a norma da ABNT NBR 9050/2004, que estabelece parâmetros técnicos de acessibilidade; a Portaria nº 1.679/1999; a Lei nº 10.098/2000, que trata da eliminação de barreiras que dificultam ou impedem a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida nos mais diversos ambientes; a Lei Federal nº 10.753/2003, que institui a política nacional do livro; a Política Nacional de Educação na Perspectiva da Educação Inclusiva; e a Lei nº 13.146/2016, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência.

3350

Esse arcabouço legislativo soma-se a dispositivos anteriores, como a Constituição de 1988, que consolidou os direitos das pessoas com deficiência, e a Lei nº 7.853/1989 que criminaliza a recusa de matrícula de estudantes com deficiência.

Em nível internacional, a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989) estabelece que todos os Estados signatários devem assegurar o acesso irrestrito das crianças aos serviços de educação e proteção social, combatendo toda forma de discriminação. A Declaração de Salamanca (1994) complementa esse princípio ao defender políticas educacionais inclusivas que promovam a participação plena de todas as crianças, com ou sem deficiência, em ambientes de ensino regular.

No âmbito das bibliotecas, a acessibilidade não se restringe à adequação física dos espaços, sendo fundamental considerar também a dimensão humana do acolhimento. Isso

envolve a atuação qualificada do bibliotecário, que deve ser preparado para atender a uma diversidade de públicos. Sendo assim, deve-se dar a devida importância da formação continuada em práticas inclusivas, capacitando esses profissionais para mediar o acesso à informação com competência, sensibilidade e respeito à diversidade. A interlocução entre a Biblioteconomia e a Educação Inclusiva é, portanto, essencial para o desenvolvimento de ambientes informacionais acessíveis e acolhedores (Costa, 2015).

Considerando que a acessibilidade é um processo dinâmico que vai além do avanço tecnológico e está intrinsecamente vinculada ao progresso social, é fundamental reconhecer que sociedades verdadeiramente inclusivas são aquelas que garantem às pessoas com deficiência o direito de participar ativamente da produção e disseminação do conhecimento. Ao promoverem a equidade no acesso aos bens culturais e informacionais, essas sociedades favorecem não apenas o exercício pleno da cidadania, mas também a inserção efetiva desses indivíduos em todos os setores sociais (Mazzoni *et al.*, 2001). Nesse contexto, as bibliotecas se afirmam como espaços essenciais para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e acolhedora da diversidade.

2.2 O Ambiente de trabalho inclusivo em biblioteca: desafios e possibilidades

3351

A inclusão de pessoas com deficiência (PcD) no mercado de trabalho é respaldada pela Lei nº 13.146/2015, representando assim, uma iniciativa de extrema importância e base para a construção de uma sociedade verdadeiramente igualitária e inclusiva no país.

Com base na afirmação da Organização das Nações Unidas de que “todo ser humano tem direito à liberdade de locomoção” (ONU, 1948, pág. 09). Os espaços sociais passaram a se adaptar não apenas às limitações de mobilidade, mas também à necessidade de desenvolver métodos e técnicas que promovam a inclusão plena das pessoas com deficiência. Tais avanços buscam eliminar preconceitos, discriminações, estigmas e estereótipos historicamente associados a esses indivíduos.

A integração das pessoas portadoras de necessidades especiais no processo produtivo é uma ferramenta importante para sua inclusão social. Há ainda preconceitos em relação à capacidade contributiva tendo em vista o conceito competitivo que hoje orienta o mundo do trabalho (Machado, 2006). Nesse sentido, o gestor assume um papel estratégico ao promover ações de capacitação junto à equipe, com o objetivo de garantir a integração adequada do novo

colaborador e conscientizar os colegas sobre atitudes discriminatórias, contribuindo assim para um ambiente organizacional mais inclusivo e respeitoso (Baptista, 2016).

Garantir acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho, portanto, não se limita ao cumprimento de exigências legais ou éticas. Trata-se também, de uma estratégia institucional inteligente, capaz de gerar ambientes mais criativos, produtivos e colaborativos, ao favorecer a diversidade de perspectivas e fortalecer o capital humano das organizações. Para os profissionais com deficiência, a inclusão efetiva implica o reconhecimento de suas competências, a oferta de oportunidades reais de crescimento e a participação ativa nos processos organizacionais e assim, superando modelos assistencialistas e paternalistas (Gilla, 2020).

No contexto das bibliotecas, essa perspectiva deve abranger tanto os usuários quanto os próprios profissionais da informação que apresentem algum tipo de limitação funcional. Isso requer a garantia de condições adequadas para o exercício das atividades técnicas e gerenciais previstas em legislação, bem como a eliminação de barreiras físicas, comunicacionais e atitudinais que possam restringir a atuação plena do bibliotecário. Somente com a remoção desses obstáculos será possível exercer, de forma plena, funções como a organização e direção de bibliotecas, o tratamento técnico de acervos e a prestação de serviços de informação (Baptista, 2016).

3352

Ademais, é fundamental que as instituições desenvolvam políticas de formação continuada voltadas à capacitação em práticas inclusivas. A qualificação contínua dos profissionais da informação é essencial para consolidar práticas que assegurem a equidade no acesso aos recursos informacionais.

Ressalta-se, ainda, que a construção de ambientes de trabalho inclusivos para pessoas com deficiência contribui significativamente para o fortalecimento dos princípios de justiça social e cidadania (Costa, 2015). O bibliotecário, enquanto mediador do conhecimento assume papel central nesse processo, ao garantir não só o acesso à informação a todos os públicos, mas também ao afirmar, por sua própria presença, o direito ao trabalho digno e acessível (Baptista, 2016).

Dessa forma, investir na acessibilidade e inclusão no ambiente bibliotecário é um compromisso inegociável com a democracia, a diversidade e a efetivação dos direitos humanos.

Diante disso, é necessário ampliar a compreensão de acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho, de modo a considerar também as necessidades específicas de profissionais

neurodivergentes, como aqueles com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, entre outras condições. A neurodivergência não deve ser encarada como limitação de competências, mas como uma diferença legítima na forma de processar informações, interagir com o meio e desempenhar tarefas profissionais (Fonseca, 2024).

Promover ambientes laborais verdadeiramente inclusivos significa, portanto, implementar práticas que acolham a diversidade neurocognitiva, com adaptações, flexibilizações e suporte institucional que permitam aos profissionais neurodivergentes expressar plenamente seu potencial. Isso inclui ajustes na comunicação, organização do espaço, rotinas de trabalho e políticas de capacitação que valorizem as habilidades únicas desses indivíduos, combatendo os estigmas e preconceitos ainda presentes no mundo profissional (Dantas, 2024).

Assim, a construção de bibliotecas e ambientes informacionais inclusivos passa, necessariamente, pelo reconhecimento e valorização da neurodiversidade. Garantir a participação ativa e equitativa de profissionais neurodivergentes não apenas enriquece as instituições, mas reafirma o compromisso ético e social da Biblioteconomia com a promoção de espaços mais justos, diversos e acolhedores onde todas as formas de inteligência, subjetividade e expressão humana sejam respeitadas e incentivadas.

3353

3 RELATO DE EXPERIÊNCIA

O estágio supervisionado obrigatório, etapa essencial para a conclusão do curso de Biblioteconomia, foi realizado na Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos, situada no município de Rio Branco, no Estado do Acre. Essa experiência configurou-se como uma fase significativa da formação acadêmica, permitindo a aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos ao longo do curso e contribuindo diretamente para a construção de competências técnicas, éticas e humanas no campo da informação.

A instituição onde o estágio foi desenvolvido é reconhecida regionalmente como um importante centro de preservação cultural, promoção da leitura e democratização do conhecimento. Fundada em 1979, passou por reformas estruturais nos anos de 2008 e 2019, adaptando-se aos padrões contemporâneos de acessibilidade e organização. Atualmente, conta com um acervo variado, que abrange obras em *braille*, literatura infantil e juvenil, quadrinhos,

mangás, materiais digitais, além de contar com uma filмотeca, setor de restauração e sala de acessibilidade equipada com impressora *braile*, *reglete*, *soroban* e leitor de tela NonVisual Desktop Access (NVDA), sendo este um leitor usado por pessoas cegas ou de baixa visão para acesso em computadores com Windows, usando voz sintética e em alguns casos, Braille.

Durante o estágio, a aluna participou de diversas atividades em diferentes setores. No setor de referência, atuou no atendimento aos usuários, cadastramento, orientação em pesquisas e mediação do uso do acervo físico e digital. No setor técnico, desenvolveu atividades de catalogação utilizando o sistema Biblivre, com foco em obras literárias de distintos gêneros e autores, como Sandra Aymone, Ariano Suassuna, Dan Brown e Rachel de Queiroz. Essa etapa favoreceu o domínio prático da classificação decimal, organização bibliográfica e elaboração de fichas catalográficas.

No setor de restauração, houve a oportunidade de aplicar técnicas de conservação preventiva, como limpeza com pincel e álcool isopropílico, utilização de cabine de sucção, além de reparos em lombadas e capas. A aluna também acompanhou a triagem de livros doados, a organização do acervo e a higienização das estantes conforme critérios classificatórios.

Entre os momentos mais significativos da experiência, destaca-se a participação na organização da Semana da Criança, evento cultural promovido pela biblioteca. Nessa ocasião, a aluna colaborou na ornamentação do espaço e acompanhou atividades como contação de histórias e sessões de cinema infantil, contribuindo para fortalecer o papel da biblioteca como espaço de inclusão, cultura e formação de leitores.

Além das atividades rotineiras, também teve contato com o setor de acessibilidade, compreendendo de maneira prática como tecnologias assistivas podem ser integradas ao ambiente bibliotecário. Observou e manipulou equipamentos como a impressora *braile* e *softwares* leitores de tela, além de aprender sobre a produção de materiais adaptados para pessoas com deficiência visual. Essa experiência proporcionou uma ampliação da visão sobre inclusão informacional e mostrou o impacto direto do trabalho do bibliotecário na vida de públicos diversos.

Paralelamente à vivência prática, a aluna enfrentava dificuldades recorrentes de ordem física, cognitiva e emocional, que comprometiam sua rotina acadêmica. Tais desafios culminaram em um encaminhamento para avaliação neuropsicológica, o que resultou,

posteriormente, no diagnóstico de TEA. Esse diagnóstico, ainda que tardio, foi essencial para compreender as limitações e demandas específicas apresentadas durante o estágio.

A avaliação foi conduzida por profissional especializado, que aplicou instrumentos padronizados para mensurar aspectos intelectuais, comportamentais e emocionais. Dentre os testes aplicados, destacam-se:

- Escala *Wechsler* Abreviada de Inteligência (WASI - Wechsler Abbreviated Scale of Intelligence): avalia o QI por meio de tarefas verbais e não verbais;
- Bateria Psicológica para Avaliação da Atenção 2 (BPA-2): mensuração de diferentes tipos de atenção (seletiva, alternada, sustentada);
- Teste de Figuras Complexas de Rey - Aplicação A (FCR-A): avaliação da memória visual e organização perceptiva;
- Teste dos 5 Dígitos (FDT - Five Digit Test): análise de velocidade de processamento e flexibilidade cognitiva;
- Teste de Aprendizagem Auditivo-Verbal de Rey (RAVLT - Rey Auditory Verbal Learning Test): teste de memória auditiva verbal com repetição de listas de palavras;
- Inventário *Beck* de Depressão (BDI-II - Beck Depression Inventory - 2ª edição) e Inventário *Beck* de Ansiedade (BAI - Beck Anxiety Inventory): identificação de sintomas depressivos e ansiosos;
- Inventário Breve de Sintomas (BSI - Brief Symptom Inventory): identificação de sintomas psicológicos variados;
- Bateria Fatorial de Personalidade (BFP): análise dos traços de personalidade segundo os cinco grandes fatores (Big Five).

O processo de avaliação exigiu da aluna grande esforço cognitivo e emocional, demandando introspecção, autorregulação e enfrentamento das próprias limitações. No entanto, a emissão do laudo foi esclarecedora e permitiu o redirecionamento de estratégias de estudo, organização pessoal e adaptação às atividades profissionais.

Adicionalmente, a aluna enfrentava os desafios da fibromialgia, condição que, somada aos sintomas do espectro autista, intensificava os impactos emocionais e físicos durante o estágio. A sobrecarga resultou em crises frequentes de ansiedade, confusão mental, dificuldades de concentração e baixa energia, muitas vezes agravadas por fatores ambientais como ruídos e interações interpessoais intensas. A busca por acompanhamento psicológico e o apoio

institucional foram fundamentais para que a aluna pudesse manter-se engajada nas atividades, mesmo diante de adversidades significativas.

Durante esse processo, destacou-se a importância do suporte empático por parte da equipe da biblioteca, que compreendeu as limitações impostas pelo quadro de saúde da estagiária e adotou posturas flexíveis no cotidiano. Dessa forma, permitindo à aluna seguir no estágio com dignidade, respeito e valorização de suas capacidades. A experiência também reforçou o papel das bibliotecas como espaços acessíveis não apenas fisicamente, mas também emocional e cognitivamente, tornando-se ambientes de formação humanizada e transformadora.

A experiência demonstrou não apenas a importância do estágio supervisionado como instrumento de formação, mas também revelou a relevância de ambientes de aprendizado que acolham a diversidade e promovam a inclusão. A atuação da equipe da biblioteca foi essencial nesse processo, mostrando-se compreensiva e colaborativa diante das necessidades da estagiária.

Em síntese, o estágio realizado na Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos contribuiu de maneira expressiva para o desenvolvimento de habilidades técnicas, éticas e humanas da discente. A vivência prática consolidou competências fundamentais para o exercício da Biblioteconomia, ampliou a compreensão do papel social do bibliotecário e evidenciou a importância de um ambiente de formação sensível às particularidades de cada indivíduo.

3356

4 DISCUSSÃO

O relato de experiência desenvolvido no presente estudo, ganha uma camada adicional de profundidade ao ser analisado à luz das particularidades envolvidas no diagnóstico tardio de TEA em uma mulher adulta. Embora o estágio tenha proporcionado vivências ricas do ponto de vista técnico, ético e humano, é necessário discutir os impactos do TEA no contexto acadêmico e profissional, bem como os desafios enfrentados pela aluna até o reconhecimento de sua condição.

Segundo a *American Psychiatric Association* (APA, 2023), o TEA é caracterizado por dificuldades na comunicação, na interação social e pela presença de comportamentos repetitivos e restritos. No entanto, o diagnóstico em mulheres costuma ser mais complexo e frequentemente ocorre de forma tardia, devido à manifestação mais sutil dos sintomas e ao

fenômeno da camuflagem social (masking), no qual a pessoa tenta imitar comportamentos típicos para se adequar às expectativas sociais (Soares *et al.*, 2023; David, 2023).

Essa realidade foi evidenciada no relato, em que a aluna, apesar de demonstrar comprometimento e desempenho nas atividades bibliotecárias, enfrentava dificuldades cognitivas, emocionais e físicas que não eram imediatamente compreendidas. A identificação dessas dificuldades somente ocorreu após a avaliação neuropsicológica, desencadeada pela sobrecarga vivenciada durante o curso e o estágio.

A literatura aponta que mulheres autistas frequentemente recorrem à camuflagem, o que dificulta a identificação clínica do transtorno e pode levar à exaustão, baixa autoestima e agravamento do sofrimento psíquico (Costa, 2020). Dessa forma, pode-se afirmar que a aluna já havia adotado estratégias inconscientes de adaptação ao longo de sua trajetória acadêmica, o que contribuiu para o mascaramento das características típicas do TEA. Isso reforça os apontamentos do DSM-5-TR (APA, 2022), que indica que mulheres, especialmente sem deficiência intelectual, tendem a permanecer subdiagnosticadas.

O ambiente do estágio também merece ser discutido sob a ótica da inclusão. Embora o conceito de inclusão tenha sido incorporado nas políticas públicas brasileiras conforme expressa a Constituição Federal (1988) e documentos como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) e o Decreto nº 7.611/2011, sua aplicação efetiva ainda enfrenta barreiras. No entanto, o relato evidencia um cenário positivo: a biblioteca acolheu a estagiária com empatia e sensibilidade, adotando medidas de flexibilização e compreensão diante de suas necessidades específicas. Tal postura institucional está alinhada ao paradigma da inclusão social proposto por Sassaki (2002), que defende a reestruturação dos ambientes sociais com base na valorização da diversidade humana e na eliminação de barreiras que impedem a participação plena de todos. Nesse contexto, a biblioteca não apenas reconheceu as particularidades da estagiária, como também promoveu condições efetivas para sua inserção e desenvolvimento, reafirmando seu papel como espaço de inclusão, respeito e cidadania.

Essa experiência reforça o papel fundamental das bibliotecas como espaços de acolhimento e acessibilidade, não apenas estrutural, mas também emocional e social. A convivência com tecnologias assistivas, a prática de adaptação de materiais e a interação com o público da acessibilidade mostraram-se alinhadas à perspectiva da inclusão plena, que reconhece a diversidade humana como parte natural da sociedade.

Além disso, é importante destacar que indivíduos com TEA, apesar das limitações impostas pelo transtorno, também possuem potencialidades que podem ser extremamente valorizadas no campo da Biblioteconomia. A capacidade de hiperfoco, atenção aos detalhes e pensamento lógico, por exemplo, são atributos comumente associados ao espectro autista e que se revelam vantajosos em tarefas técnicas como catalogação e organização do acervo (Prizant; Fields-Meyer, 2019).

Assim, o relato não apenas expõe as vivências práticas de estágio, mas também dialoga com um debate mais amplo sobre equidade, saúde mental e valorização da diversidade no ambiente acadêmico e profissional. Ele convida à reflexão sobre a importância de ambientes inclusivos, que não apenas respeitem as diferenças, mas que sejam estruturados para promover o desenvolvimento pleno de todos os sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência vivida durante o estágio supervisionado obrigatório na Biblioteca Pública Estadual Adonay Barbosa dos Santos não apenas proporcionou a consolidação de saberes técnicos adquiridos ao longo do curso de Biblioteconomia, mas também revelou a importância de se cultivar ambientes formativos verdadeiramente inclusivos, que respeitem e acolham as singularidades de cada indivíduo. Ao permitir a aplicação prática do conhecimento em um espaço comprometido com o acesso à informação e com a valorização da diversidade, o estágio cumpriu sua função de integrar teoria e prática, promovendo o amadurecimento acadêmico, profissional e pessoal da discente.

Contudo, essa trajetória foi marcada por desafios significativos. O diagnóstico tardio TEA, aliado às dificuldades impostas por demais condições físicas da discente, trouxe à tona uma série de barreiras físicas, emocionais e cognitivas que, muitas vezes, ultrapassavam o escopo do currículo formal e exigiam da estagiária um esforço contínuo de adaptação, resistência e autorregulação. Essas barreiras, embora invisíveis aos olhos de muitos, são cotidianamente enfrentadas por estudantes neurodivergentes, que frequentemente precisam se adequar a estruturas acadêmicas que ainda não foram plenamente preparadas para acolhê-los.

Diante desse cenário, torna-se evidente que a inclusão não pode se restringir apenas ao cumprimento de normas ou à oferta de acessos físicos. Inclusão real exige empatia, escuta ativa, flexibilidade e a construção de relações humanas baseadas no respeito às diferenças. A postura acolhedora da equipe da biblioteca, foi determinante para que a experiência de estágio se

tornasse não apenas possível, mas transformadora. Isso reafirma o papel social das bibliotecas não apenas como centros de informação, mas como espaços de humanização, cidadania e equidade.

Além disso, este relato abre espaço para que se repense os processos formativos na graduação em Biblioteconomia, reconhecendo que a formação de bibliotecários precisa contemplar não apenas as competências técnicas, mas também aspectos emocionais, éticos e relacionais. O desenvolvimento de práticas de ensino que considerem as neurodiversidades, as diferentes formas de aprendizagem e os contextos de vida dos estudantes são fundamentais para que a formação profissional seja, de fato, inclusiva e transformadora.

Por fim, este estudo convida à reflexão profunda sobre o papel das instituições de ensino, das bibliotecas e dos profissionais da informação na construção de uma sociedade mais justa, acolhedora e plural. Que possamos seguir no caminho da inclusão consciente e da valorização das diferenças, não como exceções a serem toleradas, mas como expressões legítimas da complexidade humana que merecem ser reconhecidas, respeitadas e celebradas em todos os espaços.

REFERÊNCIAS

3359

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050:2020: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/stes/391/2020/08/ABNT-NBR-9050-.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2025.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 22 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 20 dez. 2000. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=1&data=20/12/2000&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 26 fev. 2025.

BRASIL. Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro. Diário Oficial da União: seção 1, p. 1, 31 out. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.753.htm. Acesso em: 5 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, p. 2, 7 jul.

2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 out. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7853.htm. Acesso em: 20 mar. 2025.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências. Diário Oficial da União: seção 1, n. 231-E, p. 20, 3 dez. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf. Acesso em: 26 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/conheca-o-historico-da-legislacao-sobre-educacao-inclusiva/>. Acesso em: 6 abr. 2025.

CORREIA, Zita. A biblioteca pública como espaço de cidadania. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL COMEMORATIVA DO BICENTENÁRIO DA BIBLIOTECA PÚBLICA DE ÉVORA, Évora, Portugal, 2005. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/congressosbad/article/view/527/304>. Acesso em: 8 abr. 2025.

3360

COSTA, F. L. **Representações sociais de mulheres com o nível 1 do transtorno do espectro autista sobre “ser normal” em seu passado escolar.** 2020. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://dissertacao.estacio.br/educacao/2020/4683846_flavia-costa_disserta%C3%A7%C3%A3o_vers%C3%A3o-final.pdf. Acesso em: 11 abr. 2025.

COSTA, M. K. A. **Inclusão e acessibilidade nas bibliotecas universitárias:** a formação e atuação do bibliotecário. Escola de Ciência da Informação. Universidade Federal de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A8SHQ3>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DAVID, R. S. D. Transtorno do Espectro Autista: relato de um caso feminino. **Revista Eletrônica Multidisciplinar de Investigação Científica**, v. 2, n. 4, 2023. Disponível em: <https://www.remici.com.br/index.php/revista/article/view/94>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DE MOURA, Rayanny Eleticia Medeiros; MELO, Willian Lima. A biblioteca como instituição sociocultural: um estudo na Biblioteca Pública Estadual de Alagoas. **Seminário**

Internacional de Informação, Tecnologia e Inovação, v. 6, p. e153-e153, 2024. Disponível em: <https://observinter.al.org.br/index.php/siti/article/view/153>. Acesso em: 27 abr. 2025.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. Diretrizes da IFLA para bibliotecas públicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FEBAB, 2008. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/9f5b634b-5d11-4423-b673-56513d76c6b9>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA. Manifesto da IFLA/UNESCO sobre bibliotecas públicas. 1994. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/5d91650a-6289-478f-bc3b-02782c66b67d>. Acesso em: 4 maio 2025.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES E INSTITUIÇÕES BIBLIOTECÁRIAS - IFLA; UNESCO. Manifesto sobre bibliotecas digitais. 2014. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/public-libraries/publications/PL-manifesto/pl-manifesto-pt.pdf>. Acesso em: 7 maio 2025.

MANTOAN, M. T. E. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. **Pátio – Revista Pedagógica**, Porto Alegre, v. 5, n. 20, 2002. Disponível em: https://www.ifspcaraguatatuba.edu.br/images/conteudo/Comissoes/Forma%C3%A7%C3%A3o_Continuada/Ensinar_a_turma_toda.pdf. Acesso em: 8 maio 2025.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer?. São Paulo: Moderna, 2003. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/webby/up/211/o/INCLUS%C3%83O-ESCOLARMaria-Teresa-Egl%C3%A9-Mantoan-Inclus%C3%A3o-Escolar.pdf>. Acesso em: 8 maio 2025.

MARCOLINO, Maria Antonieta Ribeiro; DE CASTRO FILHO, Cláudio Marcondes. Biblioteca escolar e os usuários especiais: o profissional da informação frente ao desafio da inclusão. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 2, p. 09-26, 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/4216>. Acesso em: 10 maio 2025.

MAZZONI, A. A. et al. Aspectos que interferem na construção da acessibilidade em bibliotecas universitárias. **Ciência da Informação**, Brasília, v.30, n.2, p. 29-34, 2001. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/25707/1/6209.pdf>. Acesso em: 11 maio 2025.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. **Organização das Nações Unidas (ONU)**, Brasília, p. 09, 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 14 maio 2025.

PRIZANT, Barry M.; TOM FIELDS-MEYER. Humano à Sua Maneira – Um Novo Olhar Sobre O Autismo. **Edipro**, 25 maio 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/710610206/Humano-a-sua-maneira>. Acesso em 14 maio 2025.

SEQUEIROS, Paula. Para quem abrimos as nossas portas - leitura pública e exclusão social. **Revista de Sociologia**, v.15, p. 399-411, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4265/426540419018.pdf>. Acesso em 15 maio 2025.

SILVA, Karina de Oliveira et al. Competência em Informação e Protagonismo Social: o papel das bibliotecas públicas de Belém, Pará. **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 23, p. e025001, 2025. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8676648>. Acesso em: 15 maio 2025.

SOARES, A. G. V. et al. Revisão de escopo: as implicações do diagnóstico tardio do TEA em mulheres. **Revista Neurociências**, v. 31, p. 1-37, 2023. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/377521550_Revisao_de_escopo_as_implicacoes_do_diagnostico_tardio_do_TEA_em_mulheres. Acesso em: 18 maio 2025.

SUAIDEN, Emir José. A biblioteca pública no contexto da sociedade da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n. 2, p. 52-60, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/887>. Acesso em: 21 maio 2025.

TEIXEIRA, Ana Paula da Silva. **Impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista em mulheres**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Psicologia) - Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Centro Universitário de Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/prefix/17014>. Acesso em: 22 maio 2025.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/13104>. Acesso em: 25 maio 2025.

3362

VASCONCELOS, V. C. **Meninas e mulheres com Transtorno do Espectro do Autismo: diagnósticos, reconhecimentos e vivências**. Universidade Federal de São Carlos, Centro de Educação e Ciências Humanas, Departamento de Psicologia, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/items/c245fo4a-6e25-498f-ad9a-7de21b962d49>. Acesso em: 25 maio 2025.